

Expurgo nos salários: tese em debate dentro do Governo

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Chefe do Instituto de Planejamento (Iplan), órgão do Ministério do Planejamento, Carlos Von Doellinger, afirmou que, pessoalmente, é favorável à tese de livre negociação salarial (os salários não seriam mais corrigidos automaticamente pelo INPC a cada seis meses), proposta pelo Senador Roberto Campos (PDS-MS).

— O ideal seria realmente a livre negociação. Mas poderíamos criar também outros mecanismos intermediários para desindexar os salários, afirmou Doellinger, um dos técnicos do Governo que participou da elaboração do novo pacote econômico.

O Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda, preferiu ser menos incisivo que Doellinger. Ironicamente, ele afirmou que "ainda não entendi a diferença entre desindexar e expurgar". Em seguida, o próprio Ikeda perguntou: "Expurgar significa limpar alguma coisa?"

Quando a discussão avançou no sentido de que o termo expurgar está sendo utilizado como sinônimo de uma retirada dos preços dos derivados de petróleo e do triângulo do cálculo do INPC e do IGP (Índice Geral de Preços), bem como do efeito das elevações desses dois preços sobre o custo de outros produtos, o Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento afirmou: "Tudo isso é muito confuso".

Porém, o raciocínio que desenvolveu posteriormente foi no sentido de que a questão fundamental agora é desindexar os salários e não somente expurgar. Mesmo porque o expurgo do INPC, segundo Akihiro Ikeda, "não representa apenas

uma mudança de metodologia". Tanto ele, como Carlos Von Doellinger, garantem que um expurgo do INPC implicará, necessariamente, numa alteração da Lei 6.708, que criou o índice.

Carlos Von Doellinger acredita que um expurgo do INPC "altera o espírito da lei", enquanto que Akihiro Ikeda afirmou que "em sã consciência não posso capar um índice de preços dessa maneira".

MUDANÇA DE METODOLOGIA

Para Ikeda, é admissível uma mudança na metodologia do INPC, como a que queria realizar o Presidente do IBGE, Jessé Montelo, cuja idéia básica era alterar o sistema de ponderação de preços, adotando o método geométrico, em vez do aritmético. Mesmo com essa alteração, o Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento acredita que a metodologia continuaria refletindo exatamente o comportamento dos preços, questão considerada por ele como essencial.

Quando foi lembrado de que o Ex-Ministro Mário Henrique Simonsen fez o expurgo do IPA, que repercutiu na correção monetária e na correção dos salários, em 1976, Carlos Von Doellinger notou que, "naquela época, não existia uma lei definindo um índice de preços para corrigir os salários".

O Secretário de Planejamento do Ministério do Planejamento, José Augusto Arantes Savasini, preferiu abordar o problema da desindexação por outro ângulo. Ele achou "engraçado que os mesmos empresários que pediram a desindexação, na reunião do Conselho Monetário Nacional, algum tempo atrás diziam que

a lei salarial era intocável". José Savasini disse que "o que os empresários querem mesmo é a desindexação dos salários".

AVALIAÇÃO

Os três técnicos do Ministério do Planejamento participaram de uma reunião de "avaliação" do pacote econômico com o Secretário-Geral do Ministério do Planejamento, José Flávio Pécora. Segundo Savasini, o objetivo da reunião foi "fazer um balanço do pacote econômico".

Os participantes desta reunião pediram às suas secretárias que conseguissem todos os jornais com as medidas sobre o pacote disponíveis. E, com base na leitura, fizeram uma avaliação da repercussão das medidas na sociedade brasileira.

A saída da reunião, Akihiro Ikeda sintetizou o pensamento que evitou a aprovação da desindexação e do expurgo do INPC:

— É preciso ter a cobertura política da sociedade para a aprovação do que o Governo faz, afirmou Ikeda.

Carlos Von Doellinger não quis dizer se as medidas aprovadas satisfazem os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele preferiu responder indiretamente:

— Acho que o Governo não teve essa preocupação. As medidas podem não ser suficientes, mas são necessárias. Foram adotadas aquelas que foram possíveis dentro do atual quadro do País. Acho que esse é um dado a partir do qual o FMI terá que trabalhar, acrescentou.